

**CHEFE DO CONTROLO VETERINÁRIO SUSPEITO DE ABUSO DE PODER**



5

**JOSÉ LUÍS PEIXOTO ASSUME QUE MACAU "É MUITO DESAFIANTE"**



9

**BAILE DO MICAREME VOLTOU A PUXAR PELA IMAGINAÇÃO**



10 e 11

10 patacas

SEGUNDA-FEIRA 25 Março, 2019

澳門論壇日報



Administrador José Rocha Diniz Director Sérgio Terra • Nº 5688

**Coutinho apresenta projecto de Lei Sindical pela sexta vez**

Pereira Coutinho vai entregar amanhã mais um projecto de lei sindical e de negociação colectiva, iniciativa que promove pela sexta vez para vincar o "compromisso" assumido com os trabalhadores, disse o deputado à TRIBUNA DE MACAU. Em comparação com as propostas anteriormente chumbadas, "basicamente nada é alterado para além de algumas mudanças em termos técnicos e em termos de respeito pelas opiniões dos trabalhadores de Macau", adiantou Coutinho, que no sábado também foi reeleito presidente da ATFFPM.

pág 7

澳門郵電一百三十五周年  
135<sup>o</sup> Aniversário  
Correios e Telecomunicações de Macau

澳門議事亭前地  
Largo do Senado, Macau  
☎ (853) 8396 8513, (853) 2857 4491  
☎ (853) 8396 8603, (853) 2833 6603  
✉ philately@ctt.gov.mo  
🌐 http://philately.ctt.gov.mo

澳門郵電 CTT  
Correios e Telecomunicações de Macau



FOTO EPA/DIEGO AZUBEL

**31% DAS ASSOCIAÇÕES REGISTRADAS NA RAEM ESTARÃO INACTIVAS**

A Direcção dos Serviços de Identificação (DSI) revelou que 2.830 associações registadas em Macau, equivalendo a 31% do total, não procederam a qualquer actualização de informações nos últimos cinco anos, levando a crer que poderão estar desactivadas. Na perspectiva do organismo, este cenário poderá fazer com que alguns cidadãos manifestem a intenção de constituir associações com nomes semelhantes. De acordo com o "Ou Mun Tin Toi", os dados foram divulgados depois de um cidadão ter reclamado aos microfones da rádio chinesa pela forma como aqueles serviços reagiram a um pedido para criar uma associação cuja designação incluía a Grande Baía. A DSI terá questionado o interessado sobre os objectivos e a capacidade para promover o desenvolvimento da Grande Baía. Neste contexto, a DSI explicou que, para assegurar o cumprimento dos princípios subjacentes à constituição das associações, a Administração pede aos candidatos que comprovem a sua capacidade de resposta na área em causa. A mesma Direcção de Serviços salientou ainda que o princípio é garantir que o público não fique confuso com o nome das associações e, ao mesmo tempo, assegurar o respectivo direito cívico.



SALOMÉ FERNANDES

ENVIADA ESPECIAL À TAILÂNDIA

PARTIDO DA JUNTA MILITAR LIDERA ELEIÇÕES

**Entusiasmo imperou no regresso às urnas**

págs 2 a 4

**齊運動 健體魄**

Pratica Desporto, Reforça a Tua Saúde!  
Let's Exercise for Our Health!

www.sport.gov.mo  
☎ 2823 6363



Um chefe de divisão do então IACM, responsável pela inspeção veterinária, foi suspenso por alegado abuso de poder no processo de realojamento dos galgos do Canídro. Segundo o CCAC, o suspeito, em conluio com outro funcionário público e um comerciante, terá obtido participação económica em negócio. Sónia Chan já exigiu ao IAM que colabore com a investigação e prometeu tratar do caso com rigor

INÊS ALMEIDA

O Comissariado Contra a Corrupção (CCAC) desvendou um caso suspeito de abuso de poder no processo de realojamento dos galgos por parte de um chefe de divisão do Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) que, “em conluio com um outro funcionário público e um comerciante, terá obtido participação económica em negócio”. O Juízo de Instrução Criminal já decretou a aplicação ao chefe de divisão da medida de suspensão do exercício de funções públicas. A ele e aos restantes arguidos foram aplicadas medidas de coacção, nomeadamente a proibição de ausência da RAEM e a apresentação periódica.

A investigação concluiu que Choi U Fai, chefe da Divisão de Inspeção e Controlo Veterinário do então Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), terá obtido benefícios para um centro veterinário do qual era sócio. De forma velada, terá feito com que esse centro conseguisse os contratos de cuidados médicos e de esterilização relativos a mais de 500 galgos.

Além disso, sem consentimento do IACM, o suspeito “deu ordem aos seus subordinados para emprestar equipamentos médicos daquele Instituto para uso do centro veterinário em causa”, refere o CCAC. Depois, na sequência de controvérsias na sociedade sobre a esterilização dos galgos, o centro veterinário cessou a prestação de serviços à Companhia de Corridas de Galgos de Macau (Yat Yuen) apresentando como fundamento “a falta de recursos hu-

# Chefe do controlo veterinário suspenso por suspeitas de abuso de poder



Chefe de divisão terá aproveitado o “caso dos galgos” para obter benefícios para um centro veterinário do qual era sócio

manos”.

O CCAC apurou ainda que, desde Julho de 2012, o chefe de divisão tirou partido, “durante muito tempo”, dos seus poderes funcionais ao dar ordem aos seus subordinados “para incluir uma empresa comercial, da qual era sócio de forma velada, na lista de fornecedores candidatos a prestação de bens e serviços, fazendo com que a referida empresa conseguisse, por mais de 120 vezes, adjudicações daquela divisão, envolvendo um montante de oito milhões de patacas”.

Nos termos do Código Penal, o crime de abuso de poder é punível com pena de prisão até três anos. O chefe de divisão, um adjunto-técnico da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública e um comerciante, todos sócios da empresa em questão, arriscam ainda uma pena até cinco anos pela participação económica em negócio.

## REVER OS REGIMES DE GESTÃO

Reagindo ao relatório, a Secretária para a Administração e Justiça salientou ter exigido

do ao IAM “que preste colaboração com todos os esforços para o trabalho de investigação” e que, caso se verifiquem infracções administrativas, “tratará do caso rigorosamente de acordo com a lei, reiterando a sua intolerância”.

No que respeita ao pessoal suspeito, “já foi adoptada a medida obrigatória de suspensão de exercício de funções públicas e iniciou-se o processo disciplinar interno”, disse Sónia Chan exigindo aos serviços “que revejam os procedimentos dos trabalhos internos e regime de gestão, reforcem a educação da integridade dos trabalhadores”.

Por sua vez, o IAM manifestou-se “inteiramente disponível para colaborar na investigação com os serviços competentes e as autoridades judiciais”. “É com grande tristeza que o IAM está a tratar deste caso (...) no entanto, reitera que procederá ao acompanhamento rigoroso do caso, reforçando simultaneamente a consciência dos seus trabalhadores, alertando-os para a obrigatoriedade de uma conduta íntegra e observadora da lei”.

FOTO ARQUIVO

Além disso, o IAM prometeu rever os mecanismos de supervisão, “colmatando as insuficiências existentes, de modo a evitar que casos semelhantes se repitam”.

## AS SUSPEITAS FACE À CLÍNICA

O presidente da Sociedade Protectora dos Animais (ANIMA) também reagiu à investigação do CCAC, indicando que, na altura, houve uma decisão de colocar uma clínica veterinária dentro do Canídro que terá sido do IACM. “A ANIMA só estava responsável pela gestão do Canídro e dos voluntários. Dessa decisão resultou uma queixa apresentada por uma funcionária e membro da direcção da ANIMA, de uma forma que a ANIMA discordou. Dessa suspeita resultou um inquérito e do inquérito foi apurado isso”, indicou à TRIBUNA DE MACAU.

Segundo Albano Martins, a decisão de colocar uma clínica no Canídro “não foi consensual”. “Defendíamos que era preciso os animais irem para várias clínicas lá fora e eu até pedi a demissão na altura por causa dessas discordâncias. Achava que os animais tinham de sair do Canídro, não podiam ficar lá e depois o IACM aceitou e a partir daí eles começaram a sair para ir para clínicas privadas”.

Apesar das situações apontadas pelo CCAC, Albano Martins recorda que a situação do Canídro foi denunciada por Choi U Fai. “Independentemente de uma atitude considerada suspeita de abuso de poder da parte do funcionário, temos de separar as coisas. Uma é uma atitude errada, que ficou provada, outra é uma posição louvável. Foi das poucas pessoas no IACM que durante estes anos apoiou a ANIMA nessa luta”.

O presidente da ANIMA admite que havia pessoas a questionar se a clínica escolhida teria algum tipo de ligação a alguém, no entanto, não havia provas. “Relativamente à pessoa houve coisas que me surpreenderam, claro, nomeadamente os negócios que o CCAC disse que há envolvimento dessa pessoa. É pena, porque foi uma das pessoas que mais ajudou a ANIMA”, lamentou.

## Sulu Sou quer operação anticorrupção no Governo

O deputado Sulu Sou considera que deve ser aberta uma investigação aos titulares dos principais cargos da RAEM para apurar se há casos de alegada troca de interesse

VIVIANA CHAN

Sulu Sou defende que deve ser lançada uma “operação anticorrupção” em resposta ao

caso de “cunhas” envolvendo Florinda Chan e Sónia Chan e as suspeitas de abuso de poder por parte de um chefe da Divisão de Inspeção e Controlo Veterinário do Instituto para os Assuntos Municipais. Em con-

creto, propõe a abertura de uma investigação para apurar se os dirigentes do Governo e chefes das direcções de serviços estão envolvidos em trocas de interesses ou qualquer tipo de conflitos de interesses, incluindo em processos de contratação de familiares.

Numa interpelação escrita, argumenta ainda que os “referidos casos têm deteriorado a imagem do Governo relativamente à transparência, até porque o público odeia que o Governo contrate pessoas in-

competentes”.

Além disso, o deputado refere que muitos cidadãos consideram “irónico” que Sónia Chan tenha defendido a importância do regime de impedimento no recente caso de suspeitas de abuso de poder pelo funcionário do IAM quando a Secretária foi uma das visadas na investigação do CCAC sobre a contratação de um familiar no MP.

Para Sulu Sou, o estatuto dos titulares dos principais cargos da RAEM, as disposições fundamentais do Estatuto do Pessoal

de Direcção e Chefia e o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau integram os princípios deontológicos dos funcionários públicos, por isso, deve ser verificado o conteúdo das declarações de rendimentos dos titulares dos principais cargos da RAEM.

“Muitos dirigentes do Governo da RAEM estiveram envolvidos em escândalos de corrupção. Alguns até foram condenados pelo que o público condena a diminuição da transparência do Governo”, frisou.